

PUBLICAÇÕES SISTEMA FIRJAN

CADERNOS SENAI DE INOVAÇÃO

PANORAMA DA INOVAÇÃO

PESQUISA E DIAGNÓSTICO

PRÁTICAS DE
FINANCIAMENTO
E FOMENTO PARA
A INOVAÇÃO NO
ESTADO DO RIO
DE JANEIRO

2016

Março/2016



PESQUISA E DIAGNÓSTICO

PRÁTICAS DE
FINANCIAMENTO
E FOMENTO PARA
A INOVAÇÃO NO
ESTADO DO RIO
DE JANEIRO

2016

Março/2016

EXPEDIENTE

Sistema FIRJAN | Federação das Indústrias
do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Diretoria Executiva de Operações

Diretor: Alexandre dos Reis

Diretoria de Inovação

Diretor: Bruno Gomes

Gerência de Inovação e Desenvolvimento Empresarial

Gerente: Anderson Rossi

Equipe Técnica

Evanderson Feliciano

Fabiano Gallindo

Fabícius Nascimento Garcia Neto

Gabriela Goulart

Gabriela Padilha

Elaboração da Pesquisa

DIN | Diretoria de Inovação

GID | Gerência de Inovação e Desenvolvimento
Empresarial

www.firjan.com.br

Av. Graça Aranha, 1, 10º andar - Centro

Rio de Janeiro - RJ

inovaassin@firjan.org.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

Publicações Sistema FIRJAN.

Cadernos SENAI de Inovação.

Este exemplar faz parte da coleção Cadernos SENAI de Inovação das Publicações Sistema FIRJAN: uma série de documentos que antecipa tendências, aborda caminhos tecnológicos que impactarão os diversos setores da indústria e apresenta cases de sucesso, além de manter o empresariado informado sobre pautas de inovação, promovendo o aumento da competitividade empresarial do estado do Rio.

Um trabalho que representa uma importante fonte de pesquisa e orientação para a comunidade acadêmica, veículos de comunicação e estudiosos sobre inovação.

Entenda as Publicações Sistema FIRJAN

Na capa de cada edição, você encontra informações sobre a categoria da publicação em questão, conforme abaixo:



Categoria

Título

Os Cadernos SENAI de Inovação estão distribuídos em quatro categorias, sendo elas:

- Cases de inovação
- Tendências setoriais
- Rotas tecnológicas
- Panorama da inovação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO PARA A EMPRESA E PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NACIONAL	5
IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO PARA A EMPRESA E SUA COMPETITIVIDADE	5
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	6
POR QUE FINANCIAMENTO E FOMENTO PÚBLICO PARA INOVAÇÃO?	7
UM OLHAR MAIS APROFUNDADO DO FINANCIAMENTO PÚBLICO À INOVAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	9
CONTEXTO GERAL: PESQUISA DE INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2015	9
A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA INOVAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PRINCIPAIS AÇÕES E PESQUISAS	10
COMITÊ REGIONAL ARTICULADOR DE INOVAÇÃO	10
DOCUMENTOS E CERTIDÕES	11
VISÃO QUALITATIVA DOS EMPRESÁRIOS: GARGALOS E OPORTUNIDADES PARA INOVAÇÃO	11
PESQUISA QUANTITATIVA: DADOS DAS ENQUETES RODADAS NO ROAD SHOW	15
CONCLUSÕES	22
BIBLIOGRAFIA	24
ANEXO I: FLUXOS EM PROCESSO DE SUBMISSÃO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO CERTIDÕES	25
ANEXO II	29

Introdução

Como já amplamente debatido, a inovação é hoje encarada como uma poderosa ferramenta para elevar a competitividade de uma empresa e auxiliá-la a obter maiores ganhos. Impacta ainda o próprio desenvolvimento econômico nacional e crescimento sustentado de longo prazo. E desse modo entender e investigar os determinantes da capacidade de inovação de um país ou região significa buscar entender os próprios determinantes de sua capacidade de desenvolvimento. Somente a partir de tal entendimento, pode-se, de fato, agir de forma consciente para a construção de um ambiente econômico dotado de capacitações para inovar e transformar.

Entre as formas de se compreender a dinâmica e as especificidades da inovação, existe aquela que aborda esta atividade a partir de uma perspectiva sistêmica, ou seja, o processo inovativo como resultado da interação de diversos elementos e atores de diferentes dimensões do âmbito social, econômico e político. E dentro deste conjunto de dimensões destaca-se aquela relativa ao financiamento e fomento da inovação, sistemas financeiros capazes de apoiar investimentos inovadores, partilhando e mitigando os riscos envolvidos e criando condições para maiores avanços.

Dessa forma o SENAI empreendeu ao longo de 2015 uma série de investigações e pesquisas ligadas aos mecanismos de financiamento e fomento atrelados às principais agências públicas de fomento e disponíveis às empresas fluminenses. Tais estudos têm como objetivo contribuir para um melhor entendimento de como a inovação se dá nas empresas do estado do Rio de Janeiro, suas dificuldades e limites. Criam-se assim subsídios e uma maior sustentação para os produtos e serviços oferecidos pelo SENAI de forma que possam melhor contribuir com o desenvolvimento da indústria do estado do Rio de Janeiro e ir ao encontro das necessidades e demandas das empresas. Contribui para a elevação da competitividade global e melhoria do ambiente de negócios no estado do Rio de Janeiro, bem como fornece um maior conhecimento a ser apropriado pelos demais atores do ecossistema de inovação regional.

Importância da inovação para a empresa e para o desenvolvimento regional e nacional

Importância da inovação para a empresa e sua competitividade

Segundo estudo efetuado por Possas (2002), a concorrência empresarial pode ocorrer de duas formas dentro da empresa. A primeira refere-se à busca da firma em se adequar aos padrões gerais do setor em que está inserida. Ou seja, um esforço da empresa em se ajustar e igualar as condições de preço, produção e produto praticadas pelas demais empresas da indústria em que está inserida. Empreende assim um esforço de adequação e muitas vezes de imitação para não perder espaço no mercado existente, busca uma redução de custos, a qual está, em geral, associada a um aumento de escala e maior padronização. Refere-se a uma dimensão da concorrência que chamou "de ajustamento".

Uma segunda forma de concorrência apontada seria aquela em que a empresa, num mesmo mercado, consegue perpetrar preços diferentes e mais elevados que suas concorrentes e apresentar competitividade. Neste caso a concorrência ocorre através da diferenciação entre produtos e/ou entre as empresas. As diversas classes de consumo enxergam e respondem a essas diferenças e efetivamente viabilizam a persistência de empresas e preços diferenciados e, portanto, uma concorrência que ocorre não via busca do "preço" mais baixo, mas sim via "diferenciação". Abre-se aí uma grande oportunidade de abertura de novos espaços econômicos, como ampliação de participação de mercado (*market share*) ou geração de novos mercados. Leva assim a uma possibilidade ainda maior de obtenção de ganhos extraordinários (João, 2014, p. 25). Neste caso, trata de uma concorrência que Possas (2002) chamou de "dimensão de diferenciação da concorrência".

Sob esta perspectiva, a inovação aparece como o principal processo concorrencial e de ampliação da competitividade de uma empresa. Isto ocorre com a inovação podendo auxiliar tanto na diferenciação via preço (custos mais baixos) quanto na criação e reforço da diferenciação de produtos (qualidades). Desse modo observa-se que a inovação não é um fim em si, mas um importante meio de aumentar o lucro e ganhos da empresa.

Inovação e desenvolvimento

O crescimento de uma empresa gerado pela inovação contribui também com o crescimento e desenvolvimento do seu entorno. Ou seja, a relevância do processo inovativo ultrapassa as fronteiras da empresa ou setor, sendo elemento básico para o desenvolvimento da economia ao gerar novos empregos e aumentar a competitividade no mercado através de vantagens comparativas construídas pela capacitação tecnológica das firmas e pelos sistemas de inovação setoriais e nacionais. Desse modo a inovação passou também a configurar como ação a ser estimulada via políticas públicas, integrando o rol de estratégias de desenvolvimento de um país e parte importante da agenda pública (INVENTA+BGI, 2015).

A ação do governo é também reforçada pela ideia relativamente consensual de que os processos inovativos ocorrem majoritariamente nas empresas, mas que são, em geral, resultado de um esforço coletivo. A inovação tecnológica está assim inserida em uma articulação maior, a qual é denominada sistema de inovação, o qual pode ser nacional, regional ou local, e pode ser definido como um conjunto de arranjos entre diferentes instituições, atores e mecanismos e que interagem entre si impactando, direta ou indiretamente, a criação, avanço e difusão das inovações.¹

Frente a este cenário e buscando um fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação (SNI) no Brasil observa-se que a constituição de uma estrutura voltada à ciência, tecnologia e inovação deu-se tardiamente, com maior avanço deflagrado basicamente a partir de 1999, via ampliação de políticas de incentivo à inovação. Destacaram-se aí a criação dos fundos setoriais, políticas industriais que passaram cada vez mais a incorporar a inovação, políticas especificamente voltadas para o tema² e avanços no marco legislativo.³ E sobre este arcabouço foram criados também ferramentas e instrumentos de fomento à inovação e entre estes se encaixa o apoio financeiro às empresas.

¹ Trata assim de uma rede que engloba múltiplos participantes dos setores público e privado, nomeadamente: (i) empresas, incluindo seus laboratórios de P&D e redes de cooperação; (ii) universidades e institutos de pesquisa; (iii) sistema educacional e instituições de ensino em geral; (iv) governos; (v) mecanismos e instituições de coordenação e fomento; (vi) sistemas financeiros capazes de apoiar investimentos inovadores; (vii) sistema legislativo; (viii) mecanismos mercantis e não mercantis de seleção. São sistemas também influenciados por especificidades de cada região ou país, como fatores econômicos, políticos, culturais, bases de conhecimento e instituições. Ressalta-se que as interações entre atores e instituições podem ser produto de uma ação planejada e consciente, mas também o resultado de um somatório de decisões não planejadas e desarticuladas que também contribuem e impulsionam o progresso tecnológico. Para mais informações ver os trabalhos de Cassiolato *et al* (2007) e Albuquerque (2004; 2006).

² Como Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), elaborado em 2007 pelo MCT, e Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), lançada em 2012.

³ No campo legislativo destacam-se os avanços ligados à promulgação da Lei da Inovação (Lei nº 10.973/04, regulamentada pelo Decreto 5.565/05), Lei do Bem (Lei nº 11.196/05, regulamentada pelo Decreto nº 5.798/06) ou Lei da Informática (Lei nº 11.077/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.906/2006) e a tramitação do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Projeto de Lei nº 2.177/2011).

Por que financiamento e fomento público para inovação?

Os investimentos em inovação apresentam algumas características que os distinguem dos demais ditos investimentos produtivos tradicionais normalmente vinculados à modernização ou em expansão de capacidade produtiva em condições de tecnologias preexistentes ou dadas (como construção de plantas industriais, estradas, portos, máquinas em série, bens de consumo duráveis e não duráveis etc.). Em geral suas singularidades levam a uma incerteza ainda maior quanto aos lucros e prazos de retorno, e aumentam os riscos associados, bem como são muitas vezes mais dispendiosos.

Por este motivo “o desafio da inovação é grande e torna-se ainda maior considerando-se a necessidade crescente de recursos e a importância da coordenação no processo alocativo, visando uso adequado e eficiente do capital, principalmente no caso dos países menos desenvolvidos, nos quais a escala de acumulação para o investimento produtivo é, em geral, menor do que nos países mais desenvolvidos” (Corder, Salles-Filho, 2009, p. 34).

Normalmente uma empresa possui diferentes formas para financiar seus programas de investimento, que são em geral: lucros retidos, empréstimos bancários (linhas de crédito normal), emissão de ações e títulos financeiros (valores mobiliários ligados ao mercado financeiro). Adicionalmente a estas, a existência de organizações públicas permite a existência de financiamento através de repasses orçamentários ou institucionais. Estas ocorrem por meio de linhas especiais, com custos reduzidos e prazos dilatados, e em muitos casos subsidiadas.

Porém, diferentemente de um processo de financiamento privado, pautado basicamente por critérios de retorno e lucro, o financiamento público extrapola o simples cálculo de ganhos financeiros e não fica sujeito apenas à lógica do capital. É fortemente direcionado por uma lógica estratégica de desenvolvimento, ligada à lógica pública. Conta assim com formas de financiamento diferenciadas, com taxas de juros e condições mais favoráveis e voltadas a incentivar a inovação e muitas vezes a repartir os riscos envolvidos com as empresas.

Ou seja, com a participação do Estado permite-se assim um sistema financeiro para alavancagem de investimentos em inovação, o qual se faz ainda mais complexo que o sistema para investimento normal e sustentabilidade das empresas. Devido aos riscos e

incertezas o financiamento está ainda bastante centrado em fontes governamentais, “o que revela a importância do setor público e das políticas para fazer frente e incentivar investimentos desta natureza” (Corder, Salles-Filho, 2009, p. 37).

No contexto de políticas de fomento à inovação para o setor produtivo e empresas, o governo criou mecanismos de apoio à inovação, que podem ser divididos em dois tipos: apoio indireto (incentivos fiscais) e apoio direto (incentivos financeiros), os quais são melhor detalhados no Anexo 2 do presente texto.

Um olhar mais aprofundado no financiamento público à inovação no estado do Rio de Janeiro

Segundo estudo efetuado por Possas (2002), a concorrência empresarial pode ocorrer de duas formas dentro da empresa. A primeira refere-se à busca da firma em se adequar aos padrões gerais do setor em que está inserida. Ou seja, um esforço da empresa em se ajustar e igualar as condições de preço, produção e produto praticadas pelas demais empresas da indústria em que está inserida. Empreende assim um esforço de adequação e muitas vezes de imitação para não perder espaço no mercado existente, busca uma redução de custos, a qual está, em geral, associada a um aumento de escala e maior padronização. Refere-se a uma dimensão da concorrência que chamou “de ajustamento”.

Contexto geral: Pesquisa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro 2015

Primeiramente faz-se importante resgatar o diagnóstico aprofundado mais recente realizado pelo SENAI, refere-se à **Pesquisa FIRJAN de Inovação do Estado do Rio de Janeiro 2015**,⁴ realizada entre agosto e outubro de 2014, traçou o perfil da inovação nas indústrias fluminenses nos anos de 2013 e 2014. Entre outros objetivos, a pesquisa investigou como são realizados os investimentos e quais são as principais carências e demandas relacionadas a financiamento e fomento para inovação.

A pesquisa revelou que mais de 60% das empresas fluminenses não realizaram atividades inovadoras nos últimos dois anos, apenas 26,2% finalizaram inovações e 11,4% têm atividades inovativas em andamento. Apesar disso seis em cada dez empresas se consideraram inovadoras.

Evidenciou ainda que aproximadamente 40% das empresas entrevistadas tentaram obter recursos financeiros em editais de inovação, sendo a Faperj a agência mais requisitada, utilizada por 57,3% das empresas. Entre as empresas que não tentaram obter financiamento, 71,8% não o fazem pois utilizam recursos próprios, e 7,3% alegaram falta de conhecimento dos editais e linhas de financiamento como principal motivo. E entre as empresas que tentaram obter financiamento 32,9% declararam enfrentar dificuldades, sendo a principal obter as certidões exigidas, apontado por 53,8% destas.

⁴ Para publicação da pesquisa completa, ver: <http://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-inovacao/>.

Ainda, apenas 21,4% das empresas procuram mecanismos de incentivo à inovação. Os auxílios da Faperj e a Lei da Inovação foram os mais utilizados, contemplando, cada uma, 13,6% das indústrias fluminenses. Já a utilização do incentivo fiscal via Lei do Bem foi ainda mais baixa (5%). Destaca-se também um grande desconhecimento sobre os mecanismos utilizados, apontado por 34,0% das empresas.

A captação de recursos financeiros para inovação no estado do Rio de Janeiro: principais ações e pesquisas

Comitê Regional Articulador de Inovação

Ciente das dificuldades empresariais na captação de financiamento para a inovação, para além do serviço de atendimento e orientação de empresas na captação de recursos financeiros reembolsáveis e não reembolsáveis e outros,⁵ o SENAI Rio de Janeiro buscou uma maior ação frente ao ecossistema de inovação regional, mais especificamente, maior articulação junto às principais agências de fomento à inovação do estado. Com o objetivo de articular esforços e fomentar ações conjuntas na área de fomento à inovação no estado criou, no início de 2015, o Comitê Regional Articulador de Inovação, o qual contou com representantes da Finep, BNDES, Faperj, AgeRio, Sebrae e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Ao longo de 2015 foram então realizados três encontros presenciais sediados pelo Sistema FIRJAN e que estiveram centrados na melhoria dos processos e fluxos de submissão de projetos de inovação, buscando assim tornar tais recursos mais desburocratizados e acessíveis às empresas fluminenses. E por tratar-se de uma ação complexa compreende-se que tal esforço não se encerrará aqui. Há assim toda uma agenda propositiva em desenvolvimento para o ano de 2016 e sempre com foco na indústria fluminense.

Entretanto, buscando melhor subsidiar as discussões e proposições debatidas todo um projeto de pesquisa foi empreendido, o qual levou a um minucioso e detalhado levantamento da documentação necessária para submissão de projetos de inovação, incluindo certidões e documentos necessários. Paralelamente empreendeu-se uma pesquisa qualitativa

⁵ Para mais informações, ver: <http://www.firjan.com.br/firjan/empresas/competitividade-empresarial/inovacao-para-empresas>.

junto a diferentes empresas do estado. Para tal o SENAI ouviu empresas inovadoras de diferentes setores a respeito das principais dificuldades e gargalos neste processo. Por fim, uma enquete focada no financiamento à inovação foi aplicada com empresas de todo o estado a fim de obter informações quantitativas acerca das dificuldades e perspectivas de investimento para o próximo ano. Tais pesquisas seguem abaixo.

Documentos e certidões

Como desdobramento das ações do Comitê mostrou-se necessário empreender uma investigação mais profunda nos gargalos apresentados pelas empresas fluminenses na captação de recursos para inovação. Dando continuidade às investigações, empreendeu-se inicialmente uma pesquisa para se levantar o montante de documentos e certidões necessárias à submissão de projetos nas principais agências disponíveis às empresas fluminenses: BNDES, Finep, Faperj e AgeRio.

Destaca-se que tais documentos foram obtidos buscando seguir-se a ótica e possibilidade de acesso dos empresários fluminenses, ou seja, não foram pedidos diretamente para as agências via acesso institucional do Sistema FIRJAN, mas sim através de canais acessíveis às empresas, que são os respectivos sites e canais de contato (telefone e e-mail). Identificou-se assim um montante de 21 certidões e 64 documentos, os quais foram listados no Anexo 1.

Visão qualitativa dos empresários: gargalos e oportunidades para inovação

Paralelamente, buscando aprofundar a compreensão dos gargalos enfrentados pelas empresas, realizou-se uma reunião temática com 16 empresas fluminenses inovadoras e que possuem histórico de captação de recursos com alguma das agências em questão através de projetos de inovação. A reunião ocorreu em junho de 2015 e estiveram presentes empresas dos setores Metal-Mecânico, Farmacêutico, Defesa, Papel e Celulose, Indústria Extrativa, Móveis, Cerâmica, Transporte, Alimentos e Bebidas e Comércio.

A reunião com o grupo teve como objetivo central a discussão dos obstáculos e gargalos no processo de submissão para obtenção de recursos nas agências de fomento, que são: submissão de projeto, execução e prestação de contas. Adicionalmente questionou-se os empresários acerca do atendimento das agências às empresas e abriu-se espaço

para outras ponderações livres, aqui também sistematizadas. Buscou-se ainda fomentar a discussão de saídas e oportunidades levantadas também pelas empresas presentes. Como principais resultados tem-se os gargalos e oportunidades sistematizados abaixo e agrupados de acordo com os temas levantados.

Cadastro da empresa e do projeto

GARGALOS

Burocracias: etapas *online* e também entrega de documentos presenciais.

Demora no retorno das agências sobre a avaliação dos projetos.

Ausência de *feedback* na reprovação de projetos.

Análises dos projetos de inovação por técnicos não especialistas nas áreas de projetos.

AgeRio: cadastro muito burocrático e demorado. Relato de empresas: após documentação pronta foi direcionado para um banco privado.

OPORTUNIDADES

Unificação dos processos de submissão.

Divulgação do calendário de editais (ou previsão) no início do ano.

Feedback sobre a não aprovação dos projetos.

Simplificar processos para as MPEs (Lei nº 123/2006 – tratamento diferenciado).

Cartilha conjunta feita a partir das dúvidas mais frequentes dos empresários.

Contratação do projeto

GARGALOS

Elevados custos de obtenção de certidões e outros – em especial para MPEs.

Redução dos recursos aprovados sem justificativas – prejudica a execução dos projetos.

Ausência de definição de prazos para as etapas de responsabilidades das agências após a contratação do projeto.



OPORTUNIDADES

Simplificação do processo e redução das garantias exigidas, sobretudo para as MPEs. Maior utilização do fundo garantidor.

Definição de cronogramas pelas agências para as etapas após a aprovação dos projetos (prazos para empresas e agências).

Automatização do acompanhamento dos processos (ex. protocolos e sistemas integrados).

Faperj: Atualização do *status* dos projetos (Sisfaperj). Muitas vezes ficam sem atualização.

Execução e prestação de contas

GARGALOS

Agilidade na avaliação das modificações no escopo dos projetos e *feedback*.

Faperj:
• Exigência das originais das notas fiscais.
• Exigência de autenticação de nota fiscal eletrônica.
• Informações desencontradas – diferença de documentos exigidos no formulário, por telefone e presencial.

Finep: liberação dos recursos em muitas parcelas (prejudica execução); e descompasso temporal ainda maior se há modificação no escopo – 2 a 3 meses.



OPORTUNIDADES

Automatização do sistema para alteração das rubricas e geração de protocolo (para garantia de recebimento aos empresários e acompanhamento).

Aumentar flexibilidade dos percentuais das rubricas.

Estabelecimento de margens de alteração das rubricas mais flexíveis.

Estabelecimento de limite para os cortes nos projetos. E maior abertura de negociação com as empresas desses valores.

Atendimento aos empresários

GARGALOS

Dificuldade de comunicação com os técnicos das agências.

BNDES: apenas contato via telefone e formulário.



OPORTUNIDADES

Aprimorar o atendimento ao empresários

Uniformização das informações sobre as dúvidas mais frequentes.

Outros temas

GARGALOS

Cartão BNDES: bancos privados dão preferência a serviços de suas carteiras.

Faperj: faixa de faturamento limitada das empresas.



OPORTUNIDADES

Reforçaram a necessidade de tratamento diferenciado para MPEs.

Integração das linhas de fomento – cobrir todas as etapas da rota da inovação nas empresas. Os empresários enxergam lacunas a serem preenchidas.

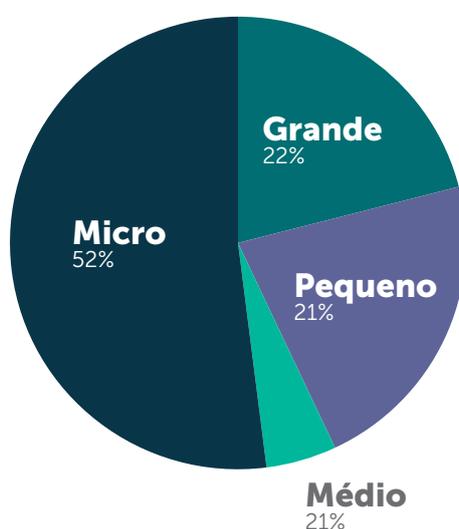
Pesquisa quantitativa: dados das enquetes rodadas no Road Show

Finalizando o ciclo de pesquisas acerca do financiamento para inovação no estado do Rio de Janeiro, foi então aplicada uma enquete com as empresas fluminenses presentes nos eventos do Roadshow de Inovação e Tecnologia 2015.⁶ Tais perguntas tiveram como objetivo identificar junto às empresas características da captação de financiamento para inovação, perspectivas do investimento em inovação para o próximo ano e percepção de valor e avaliação do evento.

Os dados foram coletados durante o período de 16 de julho a 30 de setembro de 2015 junto a empresas do estado do Rio de Janeiro que estiveram presentes nos eventos realizados em oito Representações Regionais do Sistema FIRJAN.⁷ No total compareceram ao evento 295 participantes e 155 empresas diferentes. Destas 94 responderam os questionários, 60% das empresas presentes, formando assim a amostra da presente pesquisa.

Perfil das empresas entrevistadas

Entre as empresas que responderam o questionário observa-se um perfil composto em sua maioria por micro e pequenas, 73% das respondentes.



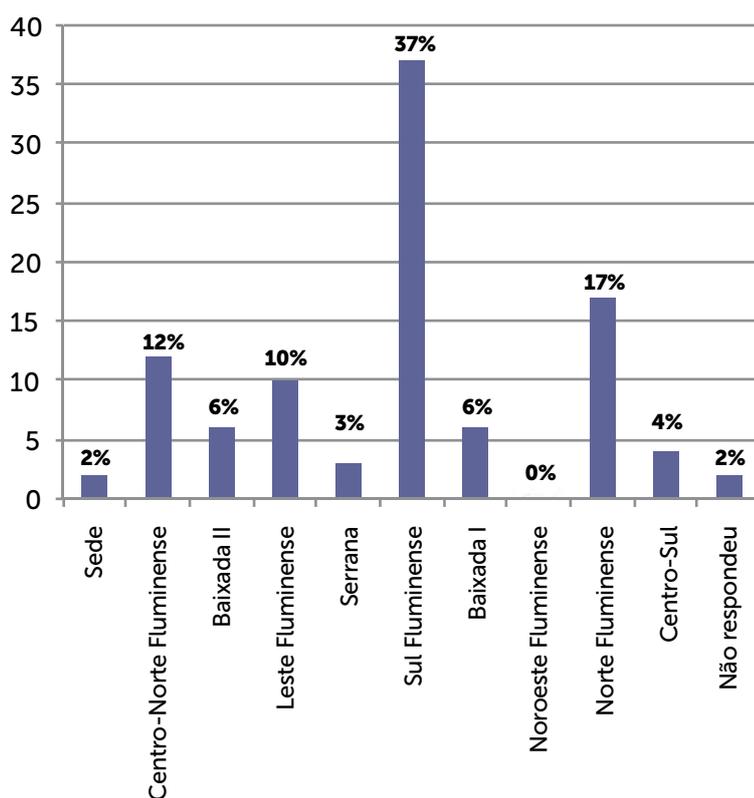
Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inovação e Tecnologia 2015.

Base: 89 empresas (5 questionários não contabilizados – 2 sindicatos e 3 CNPJs não informados ou identificados).

⁶ Evento que percorre as Representações Regionais da Federação, reunindo empresários e agentes do sistema regional de inovação (como, por exemplo, Faperj, Finep, AgeRio, BNDES, Inmetro, Sebrae e os Centros de Tecnologia SENAI), apresentando soluções em fomento para inovação e tecnologias para as diferentes cadeias produtivas do estado. Tem como objetivo capacitar pequenas, médias e grandes empresas para concorrer em editais de financiamento.

⁷ Foram elas: Niterói (Leste), Volta Redonda (Sul), Nova Iguaçu (Baixada I), Duque de Caxias (Baixada II), Três Rios (Centro Sul), Petrópolis (Serrana), Nova Friburgo (Centro Norte) e Campos dos Goytacazes (Norte).

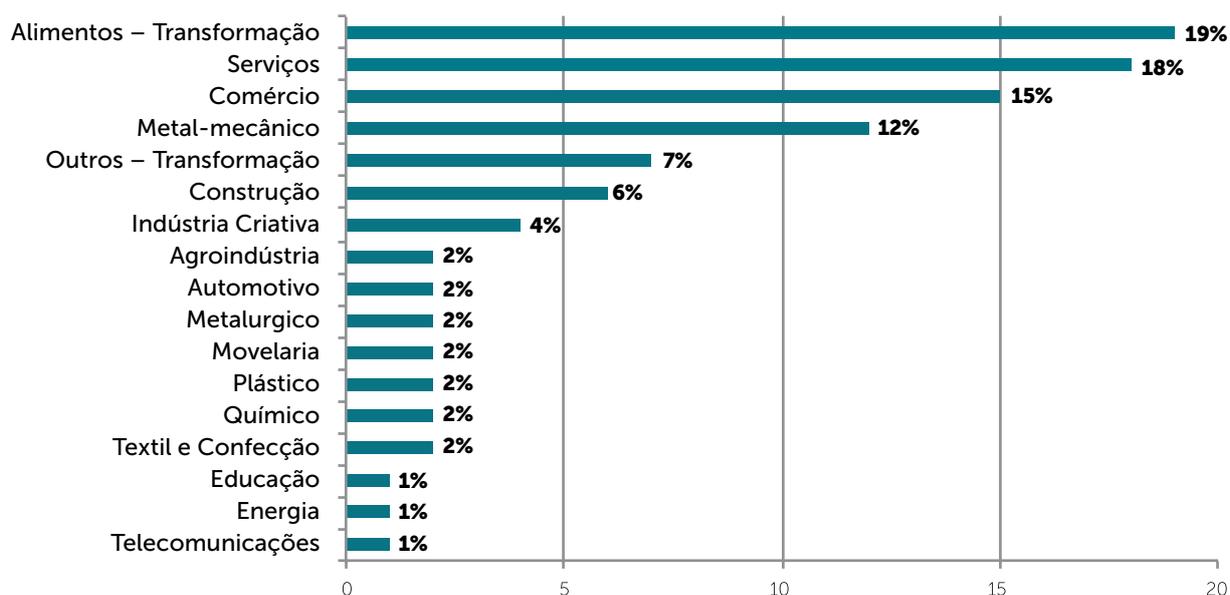
E em termos de distribuição regional a maioria concentra-se na região sul fluminense.



Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inovação e Tecnologia 2015.

Base: 89 empresas (5 questionários não contabilizados – 2 sindicatos e 3 CNPJs não informados ou identificados).

Com relação aos principais setores tem-se que 19% pertencem à indústria de transformação ligada à fabricação de produtos alimentícios e 18% ao setor de serviços. E em terceiro lugar aparece o setor de comércio, correspondendo a 15% das empresas respondentes.



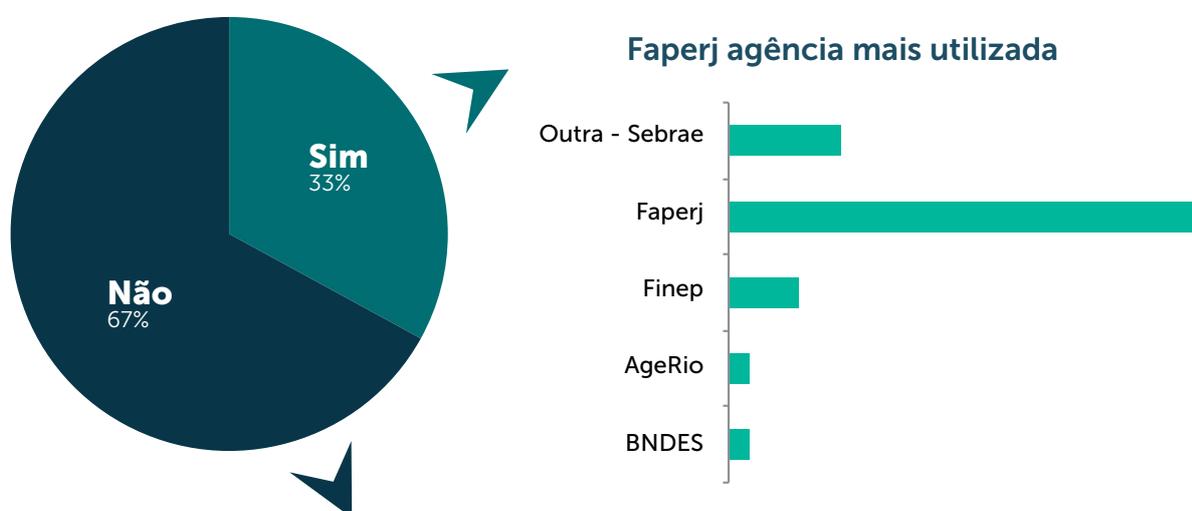
Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inovação e Tecnologia 2015.

Base: 89 empresas (5 questionários não contabilizados – 2 sindicatos e 3 CNPJs não informados ou identificados).

Principais resultados

>> Quantas empresas fluminenses já tentaram obter recursos financeiros para elaboração de projetos de inovação tecnológica?

A grande maioria das empresas fluminenses presentes nos eventos do Roadshow e que responderam o questionário ainda não tentaram obter financiamento para projetos de inovação, 67% da amostra. E destas, 46% não o fazem, pois apontaram desconhecer as linhas de financiamento para inovação tecnológica. Apenas 33% da amostra buscou tais recursos. E entre estas empresas, a Faperj apareceu como a agência mais buscada.



Entre as empresas que **não tentaram** obter financiamento, 46% não o fazem, **pois desconhecem as linhas de financiamento para inovação tecnológica**.



Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inovação e Tecnologia 2015.

Base: 94 empresas. Questões: "(1) A sua empresa já tentou obter recursos financeiros para elaboração de projetos de inovação tecnológica?"; "(2) Se 'SIM', indique a agência financiadora"; "(3) Se 'NÃO' por que não tentou obter recursos financeiros para elaboração de projetos de inovação tecnológica?"

Outras citações espontâneas (questão 3): "Dificuldades apresentadas pelos bancos; Prazo de entrega; Falta planejamento mais elaborado; Falta de edital para o serviço ofertado; Falta de foco no assunto".

>> Principais dificuldades para obtenção de recursos financeiros

As principais dificuldades enfrentadas por estas empresas foram *Falta de pessoal técnico qualificado na empresa para a implantação do projeto*, apontado por 26% das empresas, *Dificuldade de identificar entidades de ensino e pesquisa como parceiros* e *Dificuldade de identificar empresas parceiras*, apontado por 21% e 17% das respondentes, respectivamente.



Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inovação e Tecnologia 2015.

Base: 94 empresas. Questões: "(4) Quais as principais dificuldades para a obtenção dos recursos financeiros?"

Outras citações espontâneas (por empresas que não tentaram obter financiamento): Falta de tempo e conhecimento para pleitear o auxílio; Falta de pessoal e tempo; Conhecer o formato dos editais de inovação; Falta de uma pessoa para ir à empresa e fazer um diagnóstico e me orientar o que fazer; Modelagem do projeto para submeter ao parceiro.

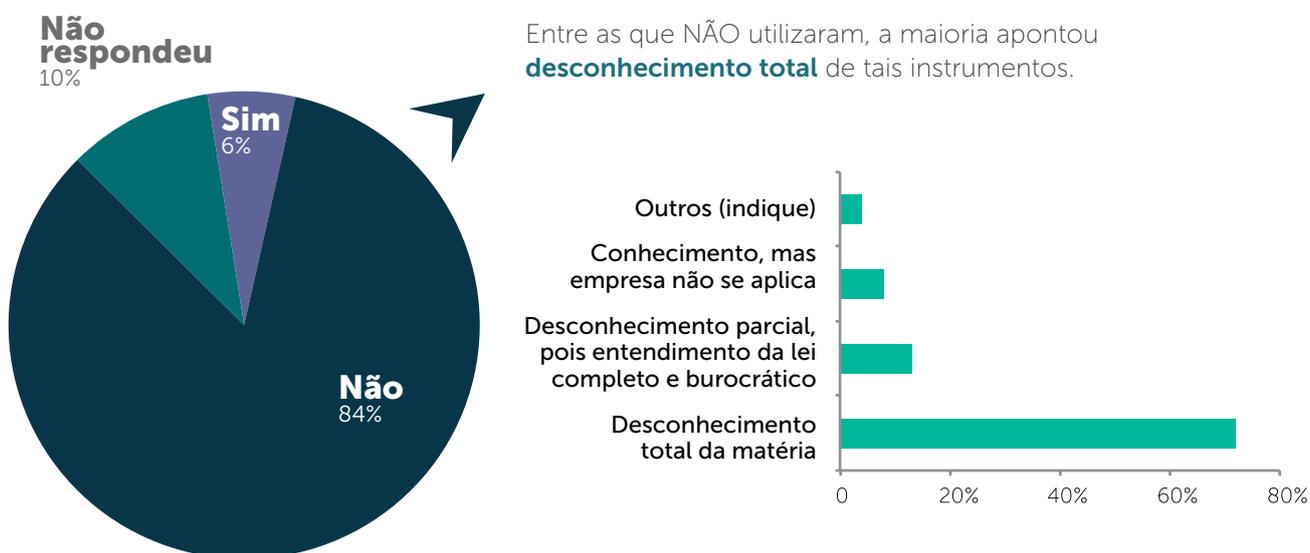
Outras citações espontâneas (por empresas que tentaram obter financiamento): Não demos continuidade e desistimos do projeto pela dificuldade em administrá-lo; Falta de clareza do edital; Processo longo e pouco dinâmico para submeter um projeto; Burocracia do processo e da instituição; Editais fechados, falta de apoio na confecção do plano de negócio e do projeto; Alto custo de registro de cédulas de crédito em operações para PE.

Sobre este ponto destaca-se haver um relativo consenso na literatura ligada à inovação de que os processos inovativos ocorrem majoritariamente nas empresas, mas que são, em geral, resultado de um esforço coletivo. Ou seja, a inovação é, em geral, favorecida por um conjunto de arranjos entre diferentes instituições, atores e mecanismos. Surge assim a noção da hélice tripla em que as universidades e institutos de pesquisa aparecem como geradores de conhecimento científico e tecnológico e o governo como ator ligado ao fomento e regulação. Entretanto o que se observa pelos presentes dados é ainda uma baixa interação entre os atores do ecossistema de inovação, a ver pelas dificuldades apontadas no que se refere à formação de parcerias junto a institutos de pesquisa ou com outras empresas. As principais dificuldades enfrentadas por estas empresas foram *Falta de*

peçoal técnico qualificado na empresa para a implanta o do projeto, apontado por 26% das empresas, Dificuldade de identificar entidades de ensino e pesquisa como parceiros e Dificuldade de identificar empresas parceiras, apontado por 21% e 17% das respondentes, respectivamente.

>> Utiliza o de mecanismos de fomento para inova o: Lei do Bem e Lei da Informática

A despeito da suspensão dos benefícios e incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei n  11.196/05, regulamentada pelo Decreto n  5.798/06) para o ano fiscal de 2016, anunciada através da Medida Provisória n  694/15, publicada em 30 de setembro de 2015, observa-se que poucas empresas apontaram fazer uso deste e outros instrumentos de fomento para inova o. De acordo com o questionário aplicado apenas 6% das empresas apontaram já ter feito uso da Lei do Bem e/ou Lei da Informática (Lei n  11.077/2004, regulamentada pelo Decreto n  5.906/2006). Isso inclusive pode dever-se ao fato de que muitas empresas não se aplicam a tais benefícios uma vez que não apresentam regime de Lucro Real.

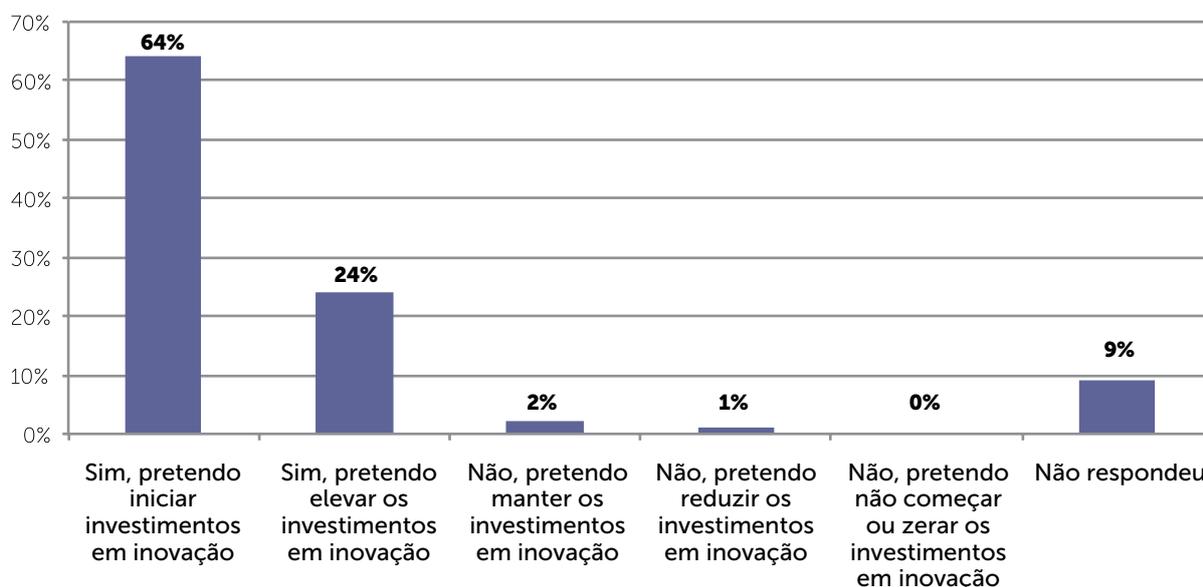


Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inova o e Tecnologia 2015.

Base: 94 empresas. Questões: "(5) Já fez ou faz uso da Lei do Bem (Lei n  11.196/05) ou Lei da Informática (Leis nós 8.248/91, 10.176/01 e 11.077/04)?" e "(6) Caso tenha marcado "NÃO", qual o motivo?"

>> Perspectivas de investimento em inovação para o próximo ano

Frente ao cenário atual, marcado por maior instabilidade macroeconômica, queda contínua da produção industrial, necessidade de ajuste fiscal e conseqüente marasmo no fomento à inovação por parte do governo e cortes orçamentários na ciência e tecnologia, contribuíram para uma forte penalização dos investimentos empresariais, menos favorável ainda para aqueles ligados à inovação. Observa-se que grande parte das empresas tem direcionado seus recursos basicamente para manter o capital de giro e pagamento de débitos, paralisando assim suas atividades inovativas. Entretanto, ainda assim, ao responder a presente pesquisa, 64% das empresas alegaram que pretendem iniciar investimentos em inovação nos próximos 12 meses.

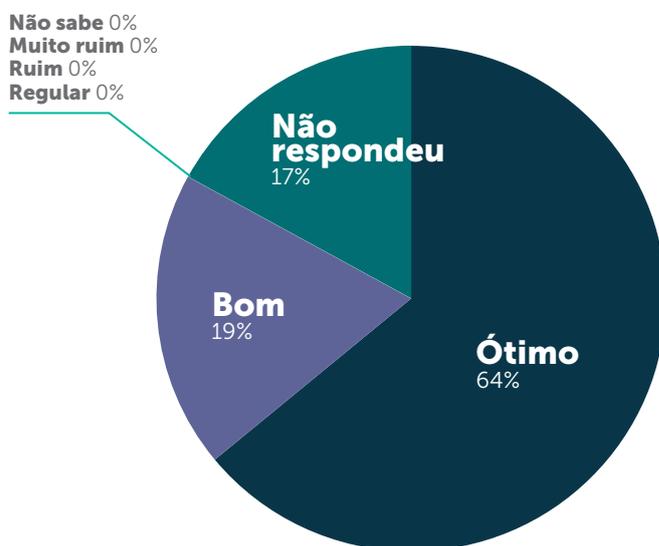


Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inovação e Tecnologia 2015.

Base: 94 empresas. Questão: "(10) Nos próximos 12 meses sua empresa pretende iniciar, manter ou elevar os investimentos em inovação?"

>> Percepção de valor e avaliação do Roadshow

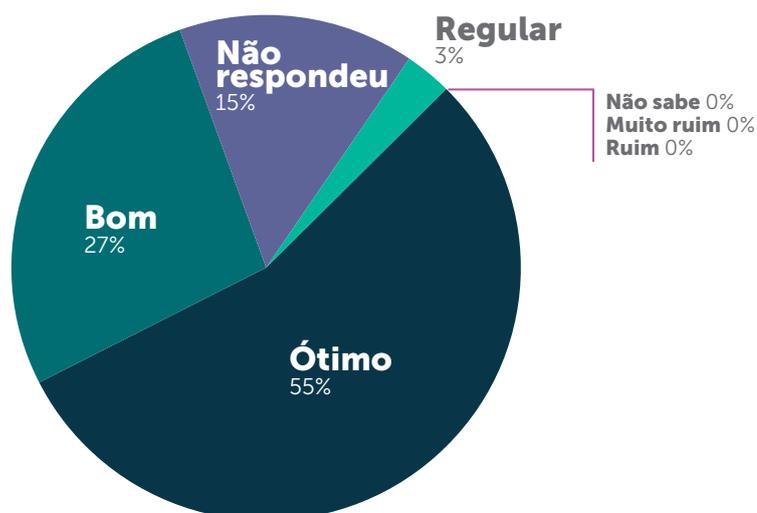
Entre as empresas que responderam o questionário, 83% avaliaram o conteúdo do Roadshow como ótimo ou bom, e o restante, 17%, não respondeu esta questão.



Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inovação e Tecnologia 2015.

Base: 94 empresas. Questão: "(12) O que você achou do conteúdo do encontro?"

E 82% das empresas respondentes avaliaram o tempo do evento como ótimo ou bom.



Fonte: Questionário Roadshow FIRJAN de Inovação e Tecnologia 2015.

Base: 94 empresas. Questão: "(11) O que você diria da duração do encontro (tempo)?"

CONCLUSÕES

Durante o ano de 2015 o SENAI Rio de Janeiro se dedicou intensamente a fomentar o potencial inovador do estado do Rio de Janeiro, buscando desenvolver seu capital humano e capacidade de produção, contribuindo assim para a elevação da competitividade global e simplificação o ambiente do negócios.

Entre outras ações, buscou melhor compreender o processo de financiamento de projetos de inovação sob a ótica das empresas, investigando mais profundamente suas demandas e dificuldades. E neste contexto empreendeu as atividades de pesquisa aqui registradas e publicadas. Busca-se assim atuar na melhoria do ambiente de inovação para uma indústria mais competitiva e sustentável compreendendo a atual conjuntura enfrentada pelas empresas fluminenses e oferecendo soluções que atendam às suas reais necessidades.

Desse modo identificou-se que ainda existe uma grande dificuldade de muitos empresários neste processo de captação de recursos para inovação, desde o processo de submissão de projetos à execução e prestação de contas. Em resposta a esses gargalos, ações e projetos têm sido desenvolvidos e constantemente melhorados, buscando melhor atender as empresas e influenciar o ecossistema de inovação fluminense.

Um dos destaques, como citado no texto, foi a criação do Comitê Regional Articulador de Inovação, que reúne as principais agências de fomento do estado e do país voltadas para refletir a proposição de ações que reduzam as barreiras processuais e otimizem os esforços, mas mantendo ainda a integridade de controle dos recursos públicos. Os debates estiveram centrados nas principais ações para impulsionar atividades inovadoras no estado e com maior foco na melhoria dos processos de captação de recursos para inovação. E para 2016 apresenta promissoras perspectivas, focadas na continuidade de ações no sentido de unificar a agenda de inovação do estado, mobilizando os principais atores de fomento.

Frente ao cenário adverso firmado ao longo deste ano, com queda na produção, sobretudo industrial, enfraquecimento da demanda e conseqüentemente dos investimentos o SENAI também buscou reforçar suas ações. Até setembro de 2015 mais de 1.300 empresas foram mobilizadas através de diversas ações em todo o estado e aproximadamente 650 empresas atendidas. Destaca-se nestas ações o Roadshow de Inovação descrito acima,

que percorreu todas as Representações Regionais FIRJAN/CIRJ, levando informação e atendimento qualificado a mais de 150 empresas. Bem como ressaltam-se as ações de assessoria empresarial e orientação de projetos para inovação, as quais serão ampliadas através da parceria entre SENAI e Sebrae em acordo firmado no dia 21 de outubro de 2015 durante a Semana Sebrae/RJ de Tecnologia e Inovação. O convênio pretende dar maior escala a estes atendimentos ampliando assim a prestação de serviço qualificado às empresas fluminenses através de atendimento junto aos consultores Sebrae às empresas com potencial inovador de micro e pequeno porte e associadas ao Sistema FIRJAN/CIRJ.

O SENAI atua ainda através de seus Centros de Tecnologia que potencializam a produtividade de centenas de empresas em diferentes setores e portes industriais. Bem como via assessoria empresarial em gestão da propriedade intelectual, aproxima demanda e oferta via rodadas de negócio tecnológico, desenvolve ações de capacitação e mobilização empresarial e atua na representação da indústria fluminense em temas ligados à inovação, participando e influenciando as principais discussões sobre políticas públicas e marcos legais em Conselhos e Comitês Técnicos Temáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, E. DA M. Ideias fundadoras. Revista Brasileira de Inovação, v. 3, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/264/180>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Sistemas nacionais de inovação e desenvolvimento. UFMG. Diversa, v. 5, n. 10, out. 2006. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/diversa/10/artigo4.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CASSIOLATO, J.E. et al. Sistemas nacionais de inovação e política industrial tecnológica: uma comparação para os RICS. Research Paper, nov. 2007.

CORDER, S.; SALLES FILHO, S. Aspectos conceituais do financiamento à inovação. Revista Brasileira de Inovação, v. 5, n. 1, p. 33-76, jan./jun. 2009.

INVENTA+BGI. OS RECURSOS FINANCEIROS DE APOIO À INOVAÇÃO NO BRASIL. In: Fomento à inovação: da ideia ao recurso. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms%2Ffiles%2F3725%2F1432762361Livro-Fomento-Cap2.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

LEMOS, D. DA C.; CARIO, S.A.F. A evolução das políticas de ciência e tecnologia no Brasil e a incorporação da inovação. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL LALICS 2013, 2013, Rio de Janeiro. Anais da Conferência Internacional LALICS 2013, 2013. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/lalics/papers/20_A_Evolucao_das_Políticas_de_Ciencia_e_Tecnologia_no_Brasil_e_a_Incorporacao_da_Inovacao.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015)

MELO, L.M. DE. Innovation systems and development strategies for the third millenium. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

POSSAS, M.L. Concorrência schumpeteriana. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Eds.). Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

TAVARES, J.M.H. O papel do BNDES no financiamento da inovação tecnológica. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Joao_Marcos_Hausmann_Tavares_site_ok.pdf>. Acesso em: 4 de ago. 2015.

Anexo I: Fluxos em processo de submissão de projetos de inovação – certidões

Certidões	Órgão emissor	Online / Presencial	Finep	BNDES	Faperj	Custos
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas	Receita Federal do Brasil	Online gratuita		X	X	-
Certidão negativa de débitos CND relativa ao INSS	Receita Federal do Brasil	Online gratuita		X	X	-
Certificado de regularidade do FGTS (CRF)	Caixa Econômica Federal	Online gratuita	X	X	X	-
Certidão conjunta emitida pela secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-geral da Fazenda, na forma do que dispõe a regulamentação federal sobre a matéria	Fazenda Federal, Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-geral da Fazenda	Online gratuita	X	X	X	-
Certidão de regularidade do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	Secretaria do Estado de Finanças – Fazenda Estadual	Presencial gratuita		X	X	-
Certidão da Dívida Ativa ou ainda certidão comprobatória de que o proponente, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual	Procuradoria Geral do Estado	Online gratuita	X	X	X	-
Certidão de regularidade de imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISQN) ou ainda certidão comprobatória de que o proponente, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal	Fazenda Municipal	Presencial gratuita	X	X	X	-
Certidão emitida pela Justiça Federal de Seção Judiciária da sede do proponente	Justiça Federal da Seção Judiciária	Online gratuita	X	X	X	-
Certidão emitida pelos cartórios de Feitos da Justiça Trabalhista da Seção Judiciária da sede do Proponente	Justiça Trabalhista da Seção Judiciária da sede do proponente	Presencial R\$5,53	X	X	X	R\$ 5,53
Certidões do(s) Cartório(s) Distribuido(es) de Ações Cíveis, Protestos, Fiscais e Falimentares, emitida(s) pela Justiça Estadual da Comarca do Proponente. Para empresas de capital, as certidões são obtidas nos 1º e 2º, 3º e 4º Ofício (Protestos), 9º Ofício (Quitação Fiscal). As certidões de proponentes de outras comarcas deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionada aos servidores que, na comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falência e concordatas	Justiça Estadual da Comarca do Proponente	Presencial: R\$ 359,12 (1º,2º,3º,4º Ofício – falências) R\$ 359,12 (1º,2º,3º,4º Ofício – Ofícios Civil); R\$ 67,58 (7º Ofício – Protestos); R\$ 81,11 (9º Ofício – Quitação Fiscal)	X	X	X	R\$ 866,93
Declaração de Imposto de Renda do último exercício	Responsável (PF ou PJ)	Online gratuita	X			-
Comprovante de entrega da declaração do Imposto de Renda do último exercício	Responsável (PF ou PJ)	Online gratuita	X			-
Estatuto/Contrato Oficial e alterações atualizados	Junta Comercial	Presencial R\$ 149,00	X	X		R\$ 149,00
Recibo de entrega da relação anual de informações	Ministério do Trabalho	Online gratuito	X	X		-
Licença ambiental ou desobrigação	Ibama ou Agência Ambiental Estadual/Municipal	Presencial	X	X	X	-

Certificado de qualidade em biossegurança	CTNBio	Online gratuito	X			-
Certidão de nascimento ou casamento, com averbação de separação judicial, divórcio ou qualquer outra, se houver	Cartório	Gratuito	X			-
Certidão dos ofícios de interdições e tutelas	Cartório	Presencial R\$ 183,20	X	X		R\$ 183,20
Certidão da Justiça Estadual da Comarca do domicílio	Justiça Estadual da Comarca do proponente	Presencial	X	X		-
Prova de quitação do ITR	Receita Federal do Brasil	Online gratuito		X		-
Certificado no cadastro no Incra	Incra	Online gratuito		X		-

Fluxos em processos de submissão de projetos de inovação – documentos

Documentos	Responsável pela elaboração	Finep	BNDES	Faperj
Currículo Lattes	Empresa			X
Minicurriculo	Empresa			X
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houverem, relativo ao domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei	Secretaria de Estado de Fazenda ou Prefeitura Municipal		X	X
Ata de designação dos atuais dirigentes, quando for necessário (ata de assembleia que elegeu a Diretoria, registrada em cartório), no caso do Proponente ser uma sociedade empresarial, ou de sociedades por ações	Junta Comercial	X	X	X
Ato constitutivo, ou estatuto ou contrato social em vigor e registrado na junta comercial	Junta Comercial		X	X
Relatório de contencioso, caso haja, indicando o total de processos cíveis, fiscais/tributários e trabalhistas, os valores pedidos e os valores provisionados, assinado pelos representantes legais do proponente	Empresa		X	X
Declaração do proponente de que não possui em seu quadro funcional menor de 18 anos desempenhando trabalho por menor de 16 anos, na forma no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal	Empresa		X	X
Comprovante de residência do(s) responsável(veis) legal(is) da empresa	Empresa			X
Elegibilidade do proponente; Preenchimento completo do formulário de propostas online, segundo suas instruções de preenchimento, Conformidade com os modelos de formulários da Faperj; itens financiáveis do projeto, contrapartida apresentada pelo proponente; duplicidade de propostas; coerência do cronograma estabelecido; inadimplência de pessoal envolvido no projeto.	Empresa			X
Termos de Outorga e Aceitação de Auxílio	Agência e empresa			X
Balancete de prestação de conta	Empresa			X
Relação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas	Empresa			X
Termo de transferência e entrega de bens				X
Recibo de colaborador eventual	Empresa			X
Relatório de viagem	Empresa			X
Recibo de diárias de professor visitante e terceiros	Empresa			X

Recibo de aquisição de equipamento/ material permanente usado, de propriedade de pessoa física	Empresa			X
Originais de notas fiscais, faturas, serviços PF	Empresa			X
Comprovante de recolhimento de saldo remanescente	Empresa			X
Canhotos de cheques não utilizados	Empresa			X
Extrato bancário da conta constando lançamentos (inclusive gerado)	Empresa			X
Solicitação formal de encerramento de conta bancária	Empresa			X
Demonstrativos Contábeis Consolidados (balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício) dos últimos 3 exercícios sociais encerrados da empresa assinados pelo contador e por um representante legal da empresa	Empresa	X	X	
Declaração de responsabilidade técnica assomada pelo contador responsável pelo preenchimento da seção Balanço Patrimonial e DRE	Empresa	X		
Proposta de projeto	Empresa	X	X	
Questionário sobre Aspectos Socioambientais	Empresa		X	
Quadro de usos e fontes	Empresa		X	
Lista de equipamentos	Empresa		X	
Ficha cadastral PJ	Empresa		X	
Ficha cadastral PF	Empresa		X	
Plano de Inovação – documento com informações detalhadas sobre produtos novos ou substancialmente aperfeiçoados	Empresa		X	
Premissas – indicadores/contas necessárias para projeção de balanços, DREs e fluxos de caixa do proponente (de acordo com o modelo proposto)	Empresa	X	X	
Balancete (de acordo com o modelo proposto)	Empresa	X	X	
Plano de negócios	Empresa			
Organograma Societário (Composição Acionária)	Empresa	X	X	
Procuração de representante legal (quando couber)	Empresa		X	
Planilha Análise de Balanço (conforme modelo)	Empresa		X	
Planilha Projeção Financeira (conforme modelo)	Empresa		X	
Acordo de acionistas e/ou documentos referentes ao processo decisório (quando couber)	Empresa	X	X	
Ato de designação dos atuais dirigentes	Empresa	X	X	
Quadro indicando o total de processos (cíveis, fiscais/tributários e trabalhistas), os valores pedidos e valores provisionados	Empresa	X	X	
Carta de fiança de acordo com o modelo Finep	Empresa	X		
Demonstrativos contábeis (balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício) dos últimos 3 exercícios sociais encerrados da empresa garantidora do financiamento assinados pelo contador e por um representante legal da empresa	Empresa garantidora	X	X	
Relatório de administração	Empresa		X	
Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido	Empresa		X	

Parecer de Auditor Independente	Auditor		X	
Notas fiscais dos bens móveis	Empresa	X		
Laudo de avaliação do bem elaborado conforme requisitos mínimos (Finep)		X		
Contratos constituidores dos direitos a serem dados em garantia		X		
Estatuto/contrato social e alterações atualizados registrados na Junta Comercial do devedor dos direitos creditórios	Junta Comercial		X	
Ato de designação dos atuais dirigentes do devedor dos direitos creditórios	Empresa		X	
Indicação dos bens oferecidos em garantia à operação	Empresa		X	
Cópia dos Contratos de Transferência de Tecnologia	Empresa		X	
Hipoteca do imóvel – título comprobatório de situação de domínio de imóveis oferecidos em hipoteca e correspondentes certidões: repográfica da matrícula dos imóveis ou da transição, se anterior à Lei nº 6.015, de 31.12.73; negativa ou descritiva de ônus; de filiação vintenária	Cartório		X	
Hipoteca de imóvel – planta atualizada de situação de imóveis oferecidos em hipoteca, com a indicação dos acessos e a identificação dos terrenos e correspondentes construções	Empresa		X	
Hipoteca do imóvel – descrição das edificações existentes nos imóveis oferecidos em hipoteca, com os seguintes dados principais: identificação, número na planta de situação, área construída, pé-direito, número de pavimentos, tipos de estrutura, de cobertura, de piso, de fechamento lateral, de instalações e acabamentos	Empresa		X	
Hipoteca do imóvel – descrição e dimensões das benfeitorias ou obras de infraestrutura existentes nos imóveis (terraplanagem, áreas pavimentadas, cercas, muros, redes de água, esgoto e drenagem, tanques, reservatórios etc.)	Empresa		X	
Hipoteca do imóvel – relação das máquinas e equipamentos que deverão integrar a hipoteca dos imóveis, agrupados por localização, centro de custo ou planta industrial	Empresa		X	
Alienação fiduciária – de bens já adquiridos – relação das máquinas e equipamentos a serem alienados fiduciariamente	Empresa		X	
Alienação fiduciária – de bens a serem adquiridos – descrição sucinta do bem; localização prevista; valor previsto de aquisição	Empresa		X	
Certidões emitidas por todos os cartórios do registro de interdições e tutelas, correspondentes ao domicílio da nova pessoa física, se não for administrador da proponente ou de sociedade interveniente			X	
Declaração de quitação de tributos federais (PJ)			X	
Declaração quitação de tributos incidentes sobre imóveis			X	
Declaração de quitação de tributos federais (PF)			X	

Anexo II: Principais linhas de financiamento e fomento para inovação

As empresas brasileiras contam com diversos instrumentos de apoio à inovação. Dentre esses se destacam as formas especiais de financiamento a projetos inovadores através de editais e linhas de fomento. Nesse sentido duas modalidades de financiamento têm sido utilizadas pelo governo brasileiro para apoiar e estimular o setor privado a aumentar seu nível e a qualidade de investimentos em inovação.

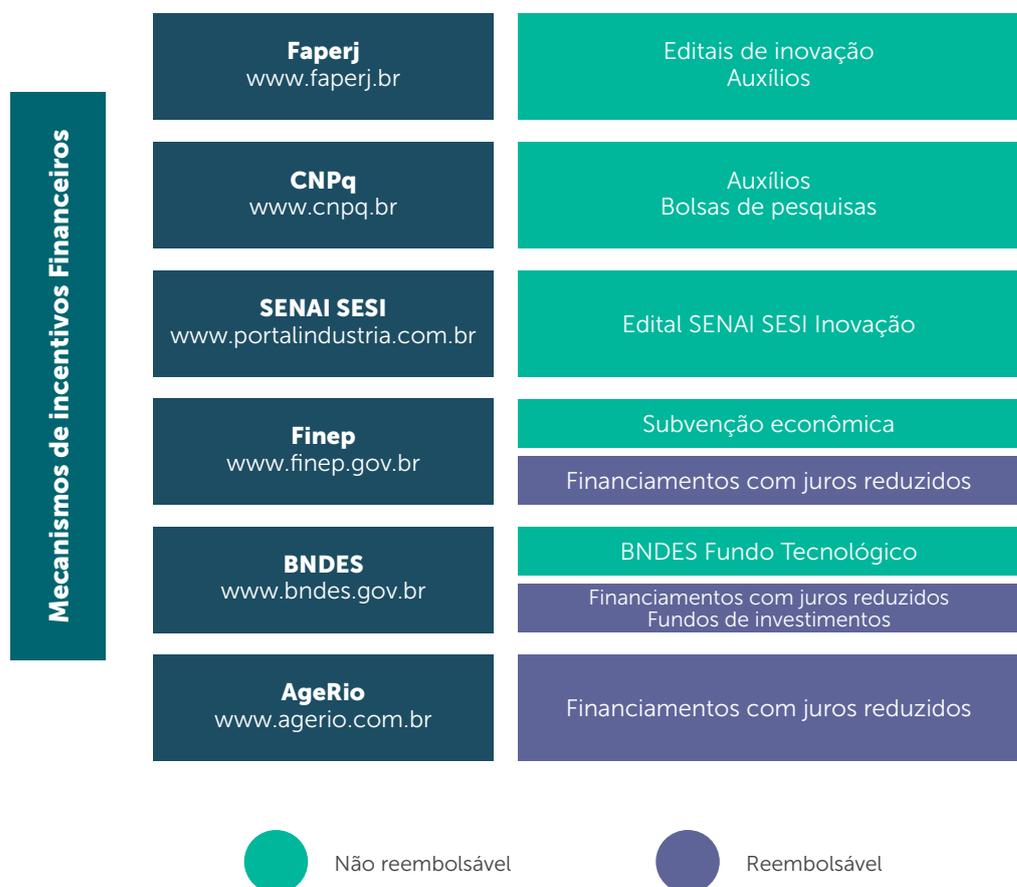
MODALIDADES DE APOIO FINANCEIRO À INOVAÇÃO:

1. Financiamento não reembolsável: recursos disponibilizados à empresa e que não precisam ser devolvidos. Tem como objetivo compartilhar com as empresas os custos e riscos inerentes às atividades inovativas. Captação ocorre, em geral, através de editais de subvenção, ligados às agências de fomento, como a Faperj, Finep ou através do Edital SENAI SESI de Inovação. Recursos desta natureza também estão disponíveis através de programas de bolsas, os quais visam à inserção temporária, de curto ou longo prazo, de pesquisadores de todos os níveis, nas empresas. Captação através de órgãos como CNPq e Faperj.

2. Financiamento reembolsável: recurso captado em geral com instituição financeira com devolução integral e cobrança de juros. Diferente das taxas de crédito aplicadas pelo mercado, os recursos reembolsáveis para inovação têm financiamento com juros reduzidos pelo governo federal (no caso do BNDES e da Finep) ou estadual (no caso da AgeRio). Captação através das linhas de financiamento das instituições financeiras.

Diferentes **agências de fomento à inovação** atuam com esses tipos de financiamento às empresas do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o Sistema FIRJAN, entre outras ações voltadas à gestão da inovação, oferece assessoria e orientação qualificada às empresas fluminenses para captação de recursos através de serviços de engenharia financeira. Veja a seguir as principais instituições do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação seus programas e linhas. Para mais informações, entre em contato conosco.

Principais agências e instituições de fomento à inovação:



Fonte: Sistema FIRJAN, Assin – Assessoria de Inovação Tecnológica (2015).

Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro): pessoa jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Atua no fomento da pesquisa e na formação científica e tecnológica necessárias ao desenvolvimento sociocultural do estado. E no meio empresarial opera no apoio através de editais, concessão de bolsas, auxílios e financiamento de itens de despesas diversas, todos não reembolsáveis.

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico): órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Atua no fomento e financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas nas mais diversas áreas de conhecimento. Para o meio empresarial oferece programas de bolsas voltados para retenção de pesquisadores de diferentes níveis.

SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SESI (Serviço Social da Indústria): SENAI é o maior complexo de educação profissional e tecnológica da América Latina, qualificando mais de 2,3 milhões de trabalhadores brasileiros a cada ano. Também apoia empresas em 28 áreas industriais, por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços técnicos e tecnológicos, como consultoria e assistência ao setor produtivo, laboratoriais, pesquisa aplicada e informação tecnológica.

Paralelamente, o Serviço Social da Indústria (SESI) aparece como uma instituição aliada às empresas no esforço para melhorar a qualidade da educação e elevar a escolaridade dos brasileiros. Também ajuda a criar ambientes de trabalho seguros e saudáveis e a aumentar a qualidade de vida do trabalhador.

Juntos, SENAI e SESI incentivam a inovação na indústria brasileira através do Edital SENAI SESI Inovação. Em parceria com os Centros de Tecnologia e as Unidades Operacionais do SENAI e do SESI, empresas industriais e startups podem implementar projetos de inovação com recursos não reembolsáveis.

Finep (Financiadora de Estudos e Projetos): empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com sede no Rio de Janeiro. Atua no fomento público à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas via financiamento por recursos reembolsáveis e não reembolsáveis e outros instrumentos não financeiros. É também secretaria executiva do FNDCT. Busca atuar nas diferentes etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, melhoria e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. E opera seus programas por meio de apoio financeiro com juros reduzidos e não reembolsável, e de investimento.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): empresa pública federal ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e com sede no Rio de Janeiro. Fornece financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia. E oferece financiamentos com juros reduzidos a projetos de investimentos, em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas, atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a investimento de caráter social, cultural (ensino e pesquisa), ambiental, científico ou tecnológico.

AgeRio (Agência Estadual de Fomento): sociedade de economia mista vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do estado do Rio de Janeiro (Sedeis). Seus produtos vão desde o crédito mínimo para microempreendedores até financiamentos robustos para grandes empresas e financiamentos com juros reduzidos em pesquisa e desenvolvimento.

Incentivos fiscais para a inovação:

>> Lei do Bem

A Lei nº 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. O governo federal, por meio do MCTI, utiliza esse mecanismo para incentivar investimentos em inovação no setor privado. Busca aproximar as empresas das universidades e institutos de pesquisa, potencializando os resultados em P&D.

Os benefícios ligados à Lei do Bem são baseados em incentivos fiscais, tais como: deduções de 20,4% a 34% no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos dispêndios efetuados em atividades de P&D; redução de 50% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na compra de máquinas e equipamentos destinados à P&D; depreciação acelerada desses bens; amortização acelerada de bens intangíveis; redução do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre remessa ao exterior resultantes de contratos de transferência de tecnologia; e isenção do Imposto de Renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares. Tais benefícios podem ser rapidamente usados e o valor do ganho depende de cada projeto.

Existem ainda alguns pré-requisitos para obter os incentivos fiscais da Lei do Bem, são eles: empresas em regime no Lucro Real; empresas com Lucro Fiscal; e empresas com regularidade fiscal (emissão da Certidão Negativa de Débito - CND ou Certidão positiva de débito com efeitos de negativa - CPD-EN).

Por fim, ressalta-se que no dia 30 de setembro de 2015 foi publicada a Medida Provisória nº 694/15 a qual alterou o enquadramento da Lei do Bem (Capítulo III), referente aos Incentivos Fiscais à Inovação e P&D. O artigo 3 desta Medida Provisória teve como objetivo

suspender o incentivo para o ano fiscal de 2016. É importante destacar que a Medida Provisória ainda precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional e convertida em lei em até 120 dias.

>> Lei da Informática

Atualmente este instrumento de fomento à inovação liga-se à Lei nº 11.077/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.906/2006. Tem como precursora a Lei nº 8.248/1991 (conhecida como “Lei da Informática”), que vigorou até 2001, quando foi modificada pela Lei 10.176/2001. A lei atual, em vigor até 2019, concede incentivos fiscais através de isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para empresas que investirem em atividades de P&D em Tecnologias de informação e Comunicação (TICs). Em geral aplica-se a bens e serviços de informática e automação, os quais são descritos no artigo 2º do Decreto nº 5.906/2006. Tais produtos contam ainda com preferência nas compras governamentais.

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

Acompanhe as redes sociais do Sistema FIRJAN:

